



Índice

- 01 [Nortão: motoristas se revoltam e trancam desvio perto da BR-163 onde índios fazem bloqueio](#)
- 02 [No AC, pais acusam índios de causar acidente que matou filha em MT](#)
- 03 [Sesai só negocia com índios após liberação de rodovia em MT](#)
- 04 [Índios mantêm rodovia fechada pelo 4º dia e motoristas ficam sem alternativa de desvio](#)
- 05 [Senador de MT cobra no Senado solução da Funai para acabar bloqueio na BR-163 no Nortão](#)
- 06 [Exposição resgata línguas indígenas de 15 países e idioma extinto](#)
- 07 [Secretaria do Índio realiza Dia de Campo em parceria com a Embrapa](#)
- 08 [Aguilera busca solução para estradas da Reserva Indígena](#)
- 09 [Lideranças protestam contra possível extinção de secretaria para povos indígenas do AM](#)
- 10 [Nova Demarcação: Presidente da Funai inicia mais uma demarcação no Amazonas](#)
- 11 [Fundação Palmares reconhece a 39ª comunidade quilombola no Tocantins](#)
- 12 [Funai proíbe adoção de crianças indígenas abandonadas](#)
- 13 [Especialista afirma que União tem o dever de resolver o problema das demarcações](#)
- 14 [Ameaça de extinção da Seind causa revolta em indígenas do Amazonas](#)



- 15 Índios recebidos por Paulo Maldos querem renovação da "Bolsa Índio"
- 16 Dirceu intervém por vagas para crianças indígenas acampadas
- 17 Índios liberam rodovia federal em MT após a chegada da Força Nacional
- 18 Índios são forçados a desbloquear BR-163 após chegada da Força Nacional
- 19 Demandas indígenas serão debatidas pelo Governo do Estado em Brasília
- 20 Força Nacional é convocada para por fim a bloqueio indígena na BR-163
- 21 Lideranças Kayapós serão recebidas pelo presidente da Câmara
- 22 Aguilera busca solução para estradas da Reserva Indígena
- 23 Protesto indígena que fecha rodovia em Mato Grosso já dura seis dias
- 24 #PEC215 Eduardo Cunha receberá índios nesta quarta
- 25 Disputa com o Exército ameaça continuidade de comunidade quilombolas
- 26 Relator mantém demarcação de terras indígenas pelo Congresso Nacional
- 27 Patrus reafirma compromisso com comunidades quilombolas
- 28 Kaiapó estão em Brasília para entregar carta ao novo presidente da Câmara sobre a
PEC 215



Nortão: motoristas se revoltam e trancam desvio perto da BR-163 onde índios fazem bloqueio

SÍTIO SÓ NOTÍCIAS, 03.02.2015

Revoltados com o bloqueio dos índios na BR-163, no trecho entre Nova Santa Helena e Itaúba (cerca de 95 quilômetros de Sinop), os caminhoneiros e carreteiros bloquearam o acesso a um desvio por estradas em algumas fazendas e estava sendo usado por carros e caminhonetes. Uma policial rodoviária explicou, ao Só Notícias, que os motoristas teriam se irritado com a passagem dos veículos e caminhões carregados não conseguem. Eles resolveram trancar o acesso à estrada, como forma de protesto, e para forçar a liberação total da rodovia federal pelos índios que estavam fazendo bloqueios desde a semana passada, com poucas horas de intervalos.

A PRF ressaltou que o desvio pelas propriedades particulares "não é o que temos recomendado. A rota que indicamos é uma rodovia estadual que passa pelos municípios de Marcelândia, Cláudia e Sinop e o acesso fica longe do ponto de bloqueio dos indígenas. Até onde sabemos, este caminho ainda está liberado". Um leitor de Só Notícias informou que há uma rota alternativa que começa no trevo de Juara e dá acesso à Usina Hidrelétrica de Colíder. Segundo ele, a estrada está em boas condições e até mesmo caminhões pesados conseguiriam passar.

A fonte ainda informou que a situação na BR-163 permanece a mesma e o bloqueio já chega a 30 horas ininterruptas. "Estamos tentando o diálogo com os líderes indígenas para conseguir pelo menos 1 hora de intervalo. Até agora, não houve avanços nas negociações e o tráfego permanece bloqueado por tempo indeterminado".

A fila de caminhões estacionados chega a 2 quilômetros, no lado da cidade de Nova Santa Helena. No outro lado da manifestação, não há congestionamentos, entretanto, a maior parte dos caminhoneiros aguarda o desfecho das negociações na cidade de Itaúba.

O protesto dos indígenas tem causado revolta, inginação para quem precisa trafegar na 163. Muitas empresas, caminhoneiros e carreteiros que dependem da entrega de produtos para receberem frete e centenas de profissionais liberais que precisam se deslocar de uma cidade para outra e desempenharem suas atividades estão tendo muitos prejuízos. Só ambulâncias estão passando.

Conforme Só Notícias já informou, os índios das tribos Terena e Maben-Grokre pedem a saída da coordenadora de Saúde Indígena e prometem liberar a rodovia apenas quando a exoneração for publicada no Diário Oficial da União.

O bloqueio teve início na sexta-feira (30) por 60 indígenas que colocaram pedaços de madeira e pneus e atearam fogo. Além da exoneração da coordenadora, os índios também reclamam

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 21/2015

Brasília, 04 de fevereiro de 2015.

das obras de saneamento e postos de saúde inacabados, falta de remédios e profissionais, diminuição no número de viaturas, falta de infraestrutura nas bases de atendimento, ausência de combustíveis para carro, barco e avião, além de motores geradores e placas solares que utilizam para obter energia e conservar medicamentos e carência de horas de voo para urgências.



No AC, pais acusam índios de causar acidente que matou filha em MT

SÍTIO GLOBO.COM, 03.02.2015

'Não são só índios, é uma quadrilha', diz Gilberto Hadad.

Acidente que matou Geovana, ocorreu na BR-070 no dia 20 de janeiro.

Os pais da pequena Geovana Hadad, de 4 anos, que morreu em um acidente na BR-070, no trecho conhecido como 'curva dos índios', em Mato Grosso, no dia 20 de janeiro, acusam uma suposta quadrilha formada por indígenas de provocar o acidente. Os acreanos passavam férias em Fortaleza desde dezembro e faziam a viagem para retornar à capital acreana, quando a caminhonete em que estavam capotou ao desviar de um carro que seguia na contramão.

De acordo com o empresário Gilberto José Soares Hadad, de 59 anos, pai da pequena Geovana, os índios causaram o acidente com o objetivo de saquear e roubar as peças do que sobraram do veículo. "É comum esse tipo de acidente acontecer naquele trecho da estrada, os índios provocam os acidentes para saquear as peças dos veículos e em caso de caminhões para roubar as mercadorias e nada é feito. Sempre é dito que o motorista dormiu no volante. Não são só índios, é uma quadrilha", diz.

Hadad conta ainda que quando o guincho da seguradora foi até o local para buscar o veículo vários indígenas foram flagrados dentro do carro retirando peças. Segundo ele, o carro já estava sem os pneus, bancos e painel. "Os índios não queriam deixar o rapaz do guincho retirar o carro, porque falaram que ainda tinham que tirar o chassi e o motor, disseram ainda que já estava tudo encomendado. Foi preciso tirar o carro à força", conta.

"O que mais dói é saber que minha filha morreu por peças de carro. Eles capotaram nosso carro para levar o que sobrasse. O pior é que nunca mais vou ver minha pequena. Não tenho nem saúde para chorar pela perda da minha filha", diz emocionada a mãe, Ticiane Paula Castro de Souza, de 37 anos.

Os pais afirmam ainda que em Primavera do Leste (MT) todos sabem o que vem ocorrendo no trecho da estrada em que aconteceu o acidente e que por estarem coagidos não fazem nada. Segundo eles, os índios estão acima da lei, pois não podem ser presos e fazem o que querem na cidade. Além disso, eles dizem inclusive que sofreram ameaças por parte dos indígenas. Geovana Hadad, morta em acidente, iria fazer quatro anos nesta quinta-feira (22)

"Os índios tentaram ir atrás do meu marido no hospital, depois que começou a sair nos jornais e repercutir o caso. Como tive que fazer uma cirurgia no braço em Rondonópolis, ele ficou em Primavera do Leste para esperar, mas foi preciso pedir uma escolta policial para sair da cidade. Não era mais seguro ficar lá, já que os índios passavam pela frente do hotel e acenavam. Eles queriam acabar com a vida do meu marido. É algo muito grande, estão matando gente ali e não vão parar enquanto não houver uma investigação", afirma a mãe.

CONT.



O que mais dói é saber que minha filha morreu por peças de carro."

Ticiane Paula Castro de Souza

O empresário diz que pretende marcar uma reunião com os senadores do Acre e vai ao Ministério Público Federal, para ver que providências podem ser tomadas com relação ao que vem acontecendo nesse trecho da BR-070, que segundo ele, é recorrente.

"Só no mês de janeiro foram 33 mortes naquele trecho, e uma delas foi minha filha. Eu só queria justiça, para que muita gente não morresse mais. A dor de perder um filho é a pior dor do mundo e hoje somos nós que estamos chorando, amanhã minha dor vai passar, mas outra família vai chorar e isso poderia ser evitado. Todo mundo sabe o que acontece, e ninguém faz nada", conta Hadad.

O pai da pequena Geovana pede que haja uma fiscalização rigorosa no trecho em que ocorreu o acidente. "Não é um trecho longo, tem cerca de 100 quilômetros. Pedimos também que as autoridades façam uma apuração de todos os acidentes que ocorrem naquele local, para não colocar a culpa simplesmente no motorista", diz.

"Duas coisas me dão um pouco de conforto nesse momento, a primeira é que minha filha estava dormindo na hora do acidente e eu não ouvi nenhum grito dela, e a segunda é que ela está nas mãos de Deus agora. Mas a saudade e a falta é muito grande, até que ponto vai a ganância e a preguiça de trabalhar. Eles querem roubar e destruir a vida dos outros por dinheiro e peças de carro, eu não me conformo com isso", desabafa Ticiane.

Procurada pelo G1, a Fundação Nacional do Índio (Funai), em Brasília, disse que ia se pronunciar sobre o assunto através de nota, porém, até a publicação desta matéria nenhum posicionamento foi encaminhado. Da mesma forma também a Polícia Rodoviária Federal (PRF), um e-mail foi encaminhado solicitando informações, mas o G1 não obteve resposta.



Sesai só negocia com índios após liberação de rodovia em MT

SÍTIO FOLHA MAX, 03.02.2015

G1

A Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), ligada ao Ministério da Saúde, informou que só vai negociar e discutir a pauta de reivindicações dos indígenas das etnias Terena e Maben-Groke após a liberação de trecho da BR-163, em Mato Grosso, que está bloqueado há cinco dias. Mais de 50 índios realizam protesto no km 943 da rodovia por melhorias na área da saúde nas aldeias da região Norte e pedem a exoneração da coordenadora da unidade do Sesai em Colíder, Sanna Rochelle Aparecida Silva Sarmento.

A assessoria de imprensa informou que a instituição tem conversado com o grupo por telefone e disse que está aberta ao diálogo, como também tem intensificado as ações de atenção à saúde indígena. Porém, declarou aos indígenas que não irá atendê-los enquanto a rodovia estar interditada e a sede da Sesai de Colíder estiver ocupada pelos grupos.

Líderes do movimento indígena anunciaram que não vão suspender o protesto na BR-163 e nem pretendem deixar a sede regional da instituição. Até a publicação desta reportagem, a rodovia continuava bloqueada pelos índios, segundo a Polícia Rodoviária Federal (PRF).

A interdição ocorre pelo 5º dia, no km 943, entre os municípios de Itaúba e Nova Santa Helena, 599 e 622 km de Cuiabá, na região Norte do estado. Os índios também cobram melhorias de infraestrutura, bem como a conclusão das obras de um posto de saúde e remédios nas aldeias em que vivem. A Sesai pontua que o Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) 'Caiapó', em Mato Grosso, recebeu quatro médicos por meio do programa e que no último semestre também recebeu três remessas de medicamentos que foram destinados ao atendimento dos índios da região.



Índios mantêm rodovia fechada pelo 4º dia e motoristas ficam sem alternativa de desvio

SÍTIO CENÁRIO MT, 04.02.2015

Pelo 4º dia consecutivo, índios da etnia Terena mantêm fechada a BR-163 no trecho entre as cidades de Itaúba e Nova Santa Helena, região Norte do Estado. A situação é de impaciência entre dezenas de motoristas que se encontram no local, agora sem uma alternativa de desvio.

A principal cobrança dos indígenas é quanto à melhoria na prestação de serviços à saúde, além da entrega de remédios e ainda a demissão da coordenação local da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) de Colíder, a 648 km da capital.

A empresária Cristina Ribeiro, que possui um funcionário que desde às 8h da manhã 'preso' no bloqueio, conta que condutores de carros de passeio empregavam uma estrada alternativa que atravessa uma fazenda para tentar burlar a situação. Porém, os veículos de passeio tinham de pagar a quantia de R\$ 100 e os caminhões, R\$ 200. No entanto, devido ao peso dos veículos uma das pontes que servia para o acesso a região cedeu.

"Os motoristas dos caminhões que estão na fila também não querem mais deixar quem está com carro pequeno retornar. Acho que toda pessoa tem o direito de ir e vir. Ninguém pode ser obrigado a enfrentar essa situação", conta ela. Indignada, ela conta que já tentou contato com a Fundação Nacional do Índio, mas sem sucesso quanto a resolução do problema. Cristina possui uma distribuidora de lubrificantes e atua em todo Estado.

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) continua atuando no trecho e mantendo a situação pacífica, porém, motoristas estão cada vez mais irritados por conta da situação, mas não há registro de nenhum conflito. "O que nos passaram é que estão armados e ameaçam a qualquer motorista que tente se aproximar deles", relata Cristina.



Senador de MT cobra no Senado solução da Funai para acabar bloqueio na BR-163 no Nortão

SÍTIO SÓ NOTÍCIAS, 03.02.2015

O senador José Antonio Medeiros (PPS) cobrou, esta tarde, da Fundação Nacional do Índio e do Ministério da Justiça que resolvam imediatamente o impasse entre índios e Funai Mato Grosso para acabar com o bloqueio da BR-163, que entrou hoje no quinto dia. Em discurso no Senado, citou reportagem de Só Notícias sobre transtornos e prejuízos causados pelo manifesto para milhares de pessoas.

Para José Medeiros, não é aceitável que questões banais impeçam o tráfego nas estradas, especialmente num país tão dependente do transporte rodoviário. "Causa prejuízos imensos para o Estado de Mato Grosso e para o Brasil. Fica aqui o registro e espero que o Ministério da Justiça e a FUNAI se debrucem sobre o assunto para que a gente não precise ficar tratando de assuntos menores aqui", criticou o parlamentar.

O senador também mencionou que a reportagem de Só Notícias aponta que caminhoneiros e carreteiros resolveram trancar o acesso a uma estrada em fazendas que era usada como desvio, só para veículos, como forma de protesto e para forçar a liberação total da rodovia federal pelos índios.

"A Funai poderia resolver internamente. Ninguém se pronunciou ainda. É uma pequena confusão entre os índios e uma funcionária lá, assunto que causa prejuízo imenso para Mato Grosso e o Brasil, discursou Medeiros, que é líder do PPS no Senado.

O manifesto começou na sexta e houve alguns intervalos para caminhões, ônibus e carros passarem. No domingo, foi parcial e, nesta segunda, alegando que as reivindicações não foram atendidas, os indígenas acabaram retomando o bloqueio e o tráfego não foi liberado até agora. Caminhões e veículos são obrigados a passar por rodovia estadual em três cidades (Santa Helena, Marcelândia e Claudia) para 'driblar a interdição' e seguir viagem pela rodovia sentido Cuiabá e em direção ao Nortão. Mas muitos que não conhecem o caminho ficam esperando na fila - adultos e crianças em ônibus, no veículos.

Os índios querem a exoneração de uma coordenadora que fez algumas mudanças no sistema de atendimento e também reclamam das obras de saneamento e postos de saúde inacabados, falta de remédios e profissionais, diminuição no número de viaturas, falta de infraestrutura nas bases de atendimento, ausência de combustíveis para carro, barco e avião, além de motores geradores e placas solares que utilizam para obter energia e conservar medicamentos e carência de horas de voo para urgências.

[Assista a cobrança do senador feita no Senado](#)



Exposição resgata línguas indígenas de 15 países e idioma extinto

SÍTIO PORTAL VERMELHO, 03.02.2015

As últimas palavras de um idioma extinto na Patagônia, expressões guardadas na memória da última falante de uma língua e um vocabulário restrito a 50 palavras que restaram de um povo. A exposição O Papagaio de Humboldt, no Rio de Janeiro, estreia nesta terça-feira (3) e vai permitir que os visitantes ouçam 15 línguas indígenas de toda a América Latina, incluindo quatro do Brasil.

Idealizada pelo Instituto Goethe e com curadoria de Alfons Hug, a exposição conta com caixas de som nas salas, que criam uma atmosfera polifônica e exigem que o visitante se aproxime de cada uma para escutar com clareza a pronúncia.

"A ideia é criar um efeito de igreja. Quando você entra em uma igreja, ouve todos orando ao mesmo tempo. Ao se aproximar, você escuta de forma mais nítida, e o que chama a atenção é a diversidade", conta Hug, que destaca que o resgate da linguagem desses povos é também um resgate de seus pontos de vista: "Sempre se fala da diversidade biológica e da preservação de animais e plantas. Mas essas línguas também representam a riqueza dos povos indígenas".

Além dos sons, a exposição traz o nome de 550 idiomas indígenas escritos nas paredes das salas, que são divididas conforme as regiões onde são faladas. Além do Brasil, há idiomas do Uruguai, da Argentina, do Chile, da Bolívia, do Peru, da Venezuela, do Paraguai, Equador, da Guatemala, Costa Rica, Nicarágua e do Panamá.

A captura dos sons reproduzidos nas instalações sonoras foi feita por artistas plásticos e cineastas dos próprios países representados, e os métodos usados foram diversos: desde visitas às tribos até o resgate de gravações históricas – caso da língua extinta dos Selknam, que era falada em uma tribo da Patagônia argentina. Já no caso da língua Yagan, falada na Patagônia do Chile, a última fluente foi entrevistada pelo artista plástico Rainer Krause.

Resgatando línguas já extintas e outras bem perto da extinção, a exposição lembra o caso do explorador alemão Alexander von Humboldt. O naturalista tinha um papagaio que repetia palavras que ele descobriu serem de uma língua extinta no Caribe, o maipuré, que era falado por uma tribo que foi exterminada.

O desejo do curador é que a exposição desperte nos visitantes o interesse em aprender. "Espero que comecem a se interessar por algum idioma indígena. Todo mundo quer aprender inglês, alemão, espanhol. Mas guarani também é um idioma e poucas pessoas fazem esse tipo de esforço."

Fonte: Agência Brasil



Secretaria do Índio realiza Dia de Campo em parceria com a Embrapa
SÍTIO EXPRESSO MT, 03.02.2015

A programação contará com palestras e prática de campo, com foco no incremento da produção da melancia e da mandioca

A Agricultura é uma vocação natural de Roraima. Pequenos, médios e grandes produtores hoje, fazem da atividade, uma das principais protagonistas do desenvolvimento de Roraima, gerando emprego e renda e fortalecendo outros segmentos da cadeia produtiva.

De olho na agricultura familiar indígena, a Secretária Estadual do Índio promove nesta quarta-feira, dia 04, um Dia de Campo. O evento realizado em parceria com a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) ocorre durante toda a manhã, na sede da própria empresa.

A programação contará com palestras e prática de campo, com foco no incremento da produção da melancia e da mandioca, a última, base da alimentação e de vários subprodutos consumidos e comercializados pelos povos indígenas.

O secretário do Índio, Ozélio Izidório Messias, destacou que os produtores indígenas são responsáveis pela segunda maior produção de melancia em Roraima. "Hoje, temos quatro pólos produtores por meio do Programa de Valorização da Agricultura Indígena. A ideia é ampliar as áreas produtivas, com a multiplicação do conhecimento técnico entre os agricultores indígenas, para produzir mais e com melhor qualidade", disse.

Uma das técnicas que serão repassadas é a do plantio "entre covas". Aproveitando o solo previamente preparado para a cultura das melancias, aumenta-se a distância entre as covas onde serão cultivadas as frutas. Entre cada cova, são plantadas as mandiocas. Ao final de 60 dias é feita a colheita da melancia, enquanto as mandiocas permanecem por mais 120, aproveitando a adubação e os nutrientes deixados pelos arbustos das melancias, evitando desperdício.

Com essa capacitação a expectativa segundo o secretário, é de incrementar a produção já a partir desse ano e, nos próximos três, chegar à marca de 500 hectares cultivados. "Os indígenas estão buscando novos conhecimentos. Temos cada vez mais universitários e outros buscando diferentes qualificações. E os produtores também fazem parte. A qualificação vai ajudar a desenvolver as técnicas de plantio e aumentar a produção", disse. Cerca de 40 produtores indígenas devem participar da programação.



Aguilera busca solução para estradas da Reserva Indígena

SÍTIO O PROGRESSO, 03.02.2015

Quando chove, trânsito fica impedido nas estradas vicinais nas aldeias

A Reserva Indígena de Dourados vive uma situação de calamidade pública em vários setores, como saúde, educação, saneamento básico, segurança, mas uma das mais agravantes são as estradas da aldeia. Muitas vezes as escolas fecham em épocas de chuvas, ambulâncias e carros da saúde acabam ficando em manutenção quase sempre, pois as estradas estão cada vez com mais erosões, causando todo tipo de transtorno à comunidade indígena.

Para discutir a situação, na segunda-feira o vereador e presidente da Comissão de Indígena e Afrodescendentes da Câmara, Aguilera de Souza foi recebido em audiência com o superintendente estadual do Ibama, em Campo Grande, Marcos Yuri. Na pauta da audiência o licenciamento para a extração de cascalho dentro da área indígena de Dourados.

“Esse problema persiste há 10 anos; levei a situação até o superintendente para que possa encontrar uma solução para a nossa comunidade”, diz o vereador, informando que o superintendente confirmou uma agenda com o presidente do Ibama em Brasília para o dia 8. A resposta para o vereador sairá em no máximo 30 dias. Além do vereador Aguilera e do superintendente do Ibama, participaram da audiência, representantes da Funai, e das prefeituras de Dourados e de Itaporã.



Lideranças protestam contra possível extinção de secretaria para povos indígenas do AM

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03.02.2015

Desde o último domingo (1º) que os indígenas tentam diálogo com o governador, quando uma manifestação pacífica aconteceu pela manhã em frente à Assembleia Legislativa do Estado (ALE-AM)

Luana Carvalho, A Crítica

Aproximadamente 100 líderes indígenas estiveram reunidos na manhã desta segunda-feira (2), em frente à Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia (Coiab), para reivindicarem contra a provável extinção da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (Seind), ainda não confirmada pelo Governo do Estado.

Desde o último domingo (1º) que os indígenas tentam diálogo com o governador, quando uma manifestação pacífica aconteceu pela manhã em frente à Assembleia Legislativa do Estado (ALE-AM), durante cerimônia de posse dos deputados estaduais. Com faixas, os índios solicitavam uma reunião com José Melo, conforme relatou indígena Isaac Tikuna.

"Ficamos sabendo através dos jornais que iriam extinguir a Seind. Não queremos que a secretaria seja apenas um departamento da Secretaria Estadual de Assistência Social (Seas), conforme ficamos sabendo. Queremos autonomia. Além do mais, ninguém comunicou ou manteve diálogo com as tribos indígenas", disse Isaac.

Caso não haja discussão entre os índios e representantes do governo, as lideranças indígenas prometem fazer manifestações mais radicais. "Iremos fechar a BR 174 e universidades estaduais. Também estamos discutindo outras estratégias para que não acabem com a secretaria dos povos indígenas".

A Seind informou que questões referentes à extinção da secretaria estão sendo respondidas pela Agência de Comunicação do Estado do Amazonas (Agecom). Porém, a Agecom informou qualquer novidade sobre a reforma administrativa só será anunciada hoje (3) pelo governador José Melo.

Outras secretarias

As secretarias de Articulação de Políticas Públicas aos Movimentos Sociais e Populares (Searp), de Mineração, Geodiversidade e Recursos Hídricos (SEMGRH), de Política Fundiária (SPF) e o Instituto de Terras no Amazonas (Iteam) e a Secretaria Executiva de Política para Mulheres (SEPM-AM) também devem ser extintas, conforme apurou o ACRÍTICA.COM.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 21/2015

Brasília, 04 de fevereiro de 2015.

A reforma administrativa que pretende fazer na estrutura do governo foi anunciada por José Melo no fim de novembro. "A partir do momento em que me transformei em candidato, eu já comecei a formular o que seria, é, digamos assim, que não seria uma reforma na concepção do termo. Ela será um ajuste em cima de um modelo. O mais forte dessa mudança é que precisamos trabalhar com um Estado menor do que está hoje", afirmou Melo na ocasião.



Nova Demarcação: Presidente da Funai inicia mais uma demarcação no Amazonas
SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 03.02.2015

O PRESIDENTE INTERINO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI), no uso das atribuições conferidas pelo Decreto nº. 7.778, de 27 de julho de 2012, Portaria nº 725/Casa Civil/PR, de 09/10/2014, em conformidade com o art. 19 da Lei nº. 6.001, de 19 de dezembro de 1973, e com os Decretos nº. 1.775, de 8 de janeiro de 1996, e nº. 7.689, de 02 de março de 2012, resolve:

Art. 1º Constituir Grupo Técnico com o objetivo de realizar estudos de natureza etnohistórica, antropológica, ambiental e cartográfica, necessários ao procedimento identificação e delimitação da Terra Indígena Auati-Paraná (Santa União), localizada no município Fonte Boa/AM, em atendimento à Recomendação nº 011/2013/2º OFÍCIO/PRM-TEFÉ/AM, no âmbito do Inquérito Civil Público nº 1.13.001.000032/2006-95, com a seguinte composição:

1. Leopoldo Barbosa Dias - Antropólogo-coordenador/CR Alto Solimões/FUNAI
2. Ester de Souza Oliveira - Antropóloga-assistente/CGID/DPT/FUNAI
3. Fernanda Nunes de Araújo Fonseca-Ecóloga/Ambientalista/ CGGAM/CGPDS/ FUNAI
4. Maria Dorotéia Cabral Fernandes - Engenheira Florestal/Ambientalista-assistente/CR Alto Solimões/FUNAI
5. Wagner Pereira Sena - Administrador/CGETNO/CGPDS/FUNAI

Art. 2º Determinar o deslocamento dos componentes do GT ao Município de Fonte Boa/AM, para realizar os estudos referidos acima, concedendo o prazo de 15 (quinze) dias de campo para os membros do GT, a partir dos respectivos deslocamentos.

Art. 3º Estabelecer o prazo de 180 dias para a entrega do relatório circunstanciado, a contar da data de retorno dos técnicos.

Art. 4º Justificar que a presente missão é de impossível interrupção, cuja suspensão será danosa ao cumprimento da missão institucional desta Fundação, consubstanciada no PPA 2012-2015.

Art. 5º As despesas com o Grupo Técnico e seus deslocamentos correrão à conta do Programa de Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas, Plano Operacional Delimitação, Demarcação e Regularização de Terras Indígenas.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

FLÁVIO CHIARELLI VICENTE DE AZEVEDO

A área que será demarcada por esse procedimento é uma Reserva Extrativista onde vivem algumas dezenas de famílias ribeirinhas sem etnia indígena.



Fundação Palmares reconhece a 39ª comunidade quilombola no Tocantins

SÍTIO ARAGUAÍNA NOTÍCIAS, 03.02.2015

Foi publicada no Diário Oficial da União desta segunda-feira, 2, a certificação da comunidade remanescente de Quilombo Boa Esperança, no município de Mateiros, região do Jalapão. O processo de identificação e titularização da comunidade foi feito pelo Governo do Estado, através da Agência de Proteção e Defesa Social. O Tocantins passa a ter agora 39 comunidades certificadas.

Com o certificado, emitido pela Fundação Cultural Palmares, a comunidade poderá receber uma série de políticas públicas em várias áreas e fazer parte de programas governamentais.

O reconhecimento da comunidade foi comemorado pelo presidente da Associação da Boa Esperança, Adão Ribeiro Cunha. "Agora vamos poder fazer muita coisa, com o título de comunidade vamos buscar parcerias, principalmente do governo, para implantar projetos para ajudar nosso povo", disse.

Cunha revelou que um dos maiores problemas da comunidade é o isolamento, em razão da região de localização. "O certificado é a porta de entrada para as melhorias na comunidade", frisou.

A Agência de Defesa Social, responsável pelas políticas na área, pretende desenvolver ações de apoio às demandas das comunidades, bem como com relação à valorização cultural, segundo informou a assessora técnica da Agência, Bárbara Rosimar de Souza. Convênios e Termos de Cooperação com órgãos do governo federal, segundo ela, já foram feitos para atender as comunidades como, por exemplo, na área de segurança alimentar.

O Governo fez um cadastro socioeconômico das populações negras que vivem na zona rural dos municípios e já fez a identificação de mais 37 comunidades e outras cinco já estão em processo de reconhecimento.

Conforme a técnica informou, este ano o Executivo estadual dará atenção especial às comunidades quilombolas, com ações na área da saúde, da agricultura, promovendo a inserção das famílias nos programas sociais dos governos federal e estadual, levando eletrificação rural, cursos de geração de renda, entre outras ações.

Reconhecimento

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnicos raciais, segundo critérios de autodefinição de cada comunidade, desde que tenham trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com formas de resistência à opressão histórica sofrida.

Até hoje, já foram reconhecidas 1.289 comunidades remanescentes de quilombos no país.



Funai proíbe adoção de crianças indígenas abandonadas

SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 03.02.2015

A Vara da Infância e da Adolescência da Comarca de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, autorizou judicialmente a adoção de crianças indígenas que estavam em abrigos em Dourados. Elas eram impedidas de ser adotadas por não-indios devido às restrições estipuladas pela Funai. A fundação alega que as crianças perderiam sua "identidade cultural". Sem opção de famílias indígenas, essas crianças permaneciam por muito tempo nos abrigos, muitas vezes passando toda a infância e juventude nesses locais, sem a chance de conviver com uma família ou terem um lar.

A adoção das crianças indígenas por famílias sem etnia indígena estão sendo autorizadas pelo Judiciário, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, depois de analisadas caso a caso como manda a lei.

De acordo com a Promotora de Justiça da Infância e Juventude, Fabrícia de Lima Barbosa, no caso de famílias interessadas e que estão habilitadas na Comarca depois de preencherem todos os requisitos estipulados pela Vara da Infância, a Funai é comunicada e se, abstendo de tratar o assunto, a criança vai para o cadastro de adoção.

O juiz da Infância, Zaloar Martins, explica que antes de serem indígenas, essas crianças são brasileiras e que, portanto, têm o direito de terem um lar. Ele lembra que há cerca de 10 anos a Funai realizava o cadastro de famílias indígenas interessadas na adoção, mas o serviço foi extinto porque a entidade entendeu não ser de sua responsabilidade atuar nesta frente.

"O problema disso é que as crianças são levadas para os abrigos e ficam abandonadas lá. Não aparece nenhuma liderança indígena ou parente interessado em adotar estas crianças. Alguns que apareceram nós chegamos a ter graves problemas", disse juiz.

Zaloar esclarece que a Legislação diz que a criança indígena vítima de violência e que está nos abrigos deve ser preferencialmente adotada por família indígena. "Porém, esgotadas todas as possibilidades, defendemos que a criança deve ir para o Cadastro Nacional da Adoção, como acontece com as demais crianças não-índias. Em Dourados há casos de meninas com 18 anos que passaram a vida toda no abrigo por falta de outra opção, o que contraria o Eca", destacou.

A foto Tânia Rêgo, da Agência Brasil e está fora de contexto.



Boletim de Notícias - Edição nº 21/2015

Brasília, 04 de fevereiro de 2015.

Especialista afirma que União tem o dever de resolver o problema das demarcações
SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 03.02.2015



O programa Direto ao Ponto do Canal Rural que foi ao ar no último domingo, dia 1º de fevereiro, Glauber Silveira recebeu o consultor jurídico do Instituto Pensar Agropecuário, Rudy Ferraz. O advogado especialista na Questão Indígena falou sobre a Portaria da SPU que tentou demarcar sumariamente 1,7 milhão de hectares nos arredores do rio Araguaia. Ferraz também criticou os antropólogos responsáveis pelos estudos e afirmou que o Governo precisa liderar a busca de uma solução para a questão indígena. "A união tem o dever de resolver o problema das demarcações", diz Ferraz. Continue lendo e veja o link para íntegra da entrevista.

[Veja a íntegra da entrevista na página do Canal Rural: Rudy Ferraz: União tem o dever de resolver o problema das demarcações.](#)

Ameaça de extinção da Seind causa revolta em indígenas do Amazonas

SÍTIO AMAZÔNIA REAL, 03.02.2015



Indígenas fazem protesto contra possível extinção da Seind, em Manaus.
(Foto: Elaíze Farias/AR)

O governador reeleito do Amazonas, José Melo (PROS), planeja extinguir várias das 35 secretarias que existiam na gestão anterior, para equilibrar os gastos públicos e garantir investimentos nos quatro anos de mandato. Entre as pastas em vias de corte, está a Secretaria de Estado para Povos Indígenas (Seind), considerada uma referência nacional por ser o primeiro órgão indigenista estadual do país criado por lei. Na Amazônia, outras secretarias estaduais foram criadas, seguindo o exemplo da Seind.

Resultado de uma longa mobilização de indígenas do Amazonas que remonta a década de 90, a Seind foi criada, em 2009, pelo ex-governador e hoje ministro das Minas e Energia, Eduardo Braga (PMDB). A secretaria nasceu para substituir a Fepi (Fundação Estadual dos Povos Indígenas), criada no governo de Amazonino Mendes (PDT), em 2001.

À agência Amazônia Real, o novo líder do governo na Assembleia Legislativa do Amazonas, deputado estadual David Almeida (PSD) disse que, em reunião na quarta-feira (28), o governador José Melo comunicou que a Seind seria uma das secretarias extintas. "A Seind vai ser incorporada em outra secretaria", afirmou o deputado.

Em entrevista à reportagem nesta terça-feira (03), o governador José Melo não confirmou a extinção da secretaria indígena. "Até agora não disse que vou extinguir a Seind. Evidentemente que se tivesse esse condão, eu iria consultar todos os interessados. São quase 300 mil índios e 63 etnias. Portanto, tem que ter tratamento diferenciado", afirmou.

O fato é que o possível corte da Seind provocou uma reação imediata das lideranças indígenas do Amazonas. Desde a semana passada, elas tentam formalizar um diálogo com o governador,

CONT.



sem sucesso. Nesta segunda-feira (02), diretores da Coiab (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira) pediram uma audiência com Evandro Melo, chefe da comissão da reforma administrativa e irmão do governador, mas também não foram atendidos.

Nesta terça-feira (03), cerca de 300 indígenas fizeram um protesto em frente ao auditório Belarmino Lins, anexo da Assembleia Legislativa do Amazonas (ALEAM), na zona centro-sul de Manaus. No plenário da Assembleia Legislativa aconteceu a solenidade de leitura da Mensagem Anual do Governo.

A reportagem da Amazônia Real acompanhou todo o desenrolar do protesto dos indígenas. Eles não puderam entrar no auditório do plenário da Assembleia. Seguranças avisaram que o local estava "lotado". Eles foram encaminhados a acompanhar a solenidade por telões internos do auditório Belarmino Lins, onde não havia autoridade alguma para ouvi-los.

Os indígenas que se manifestavam contra a extinção da Seind também não foram procurados por parlamentares. Eles foram embora da Assembleia por volta das 11 h (horário local) sem ser ouvidos por algum membro do governo do Amazonas.

Em outra tentativa de dialogar o fim da secretaria, uma comissão de lideranças indígenas das etnias Sateré-Mawé, Tenharim, Mura, Tukano e Ticuna, entre outras, marcou uma reunião ainda nesta terça-feira (03) com o presidente da Assembleia Legislativa, Josué Neto (PSD). As lideranças disseram, posteriormente, que a reunião havia sido cancelada pelo parlamentar.

O indígena da etnia Tukano Maximiliano Correa, coordenador-geral da Coiab, articulador da reunião com o presidente da Assembleia e com representantes do governo, disse que no encontro previsto com o deputado estadual Josué Neto, as lideranças queriam conversar para tentar convencê-lo a orientar os demais parlamentares a não votarem pela extinção da Seind, já que o projeto que prevê corte das secretarias será enviado à Casa para votação.

"Estamos todos insatisfeitos com a decisão do governador. Ele deveria, em sinal de respeito com nós indígenas, consultar as organizações, como a Coiab, para avaliar o trabalho da Seind. Discutir questões financeiras, discutir os projetos desenvolvidos, se há demandas ou não, o que é útil para a comunidade. A partir dessa conversa tomar uma decisão conjunta", disse Correa.

Segundo Maximiliano Correa, com a extinção e a possível transferência das ações para um departamento vinculado à outra secretaria, as políticas públicas para os povos indígenas perderão autonomia.

"Isso representa um fracasso para nós, porque os povos lutaram tanto por isso. Isso é uma grave violação contra os direitos dos indígenas. Fiz parte das discussões que criaram a Fepi e aquilo representou um grande avanço", disse Correa.

Apesar de ser favorável à manutenção da Seind, o coordenador da Coiab critica a condução da gestão da secretaria e o baixo orçamento da pasta.

CONT.



"Há necessidade da Seind continuar existindo, mas não com a continuidade que está aí. É preciso uma nova equipe, com novo pensamento e mais articulada para buscar recursos", disse Correa.

Quem votou em Melo se diz traído

No protesto na Assembleia Legislativa do Amazonas, muitos indígenas afirmaram que se sentiram traídos por José Melo e destacaram que votaram no político e fizeram campanha eleitoral para ele, em 2014.

"Não esperávamos uma decisão dessas. Votei e subi no palanque com ele em Tabatinga (a 1.108 quilômetros de Manaus). A Seind nos atendeu muito pouco, mas também não tinha dinheiro. E não queremos que acabe. Queremos que ela siga em frente como secretaria e que se faça a mudança da parte das pessoas que estão ali dentro para que o órgão seja conduzido melhor", disse José de Souza Ferreira, 52, mais conhecido como Zeca Cocamba, da etnia cocama, morador da aldeia Luiz Ferreira, no Alto Solimões.

Raquel Santos, da etnia Mundurucu e moradora da Terra Indígena Quatá-Laranjal, município de Borba (a 151 quilômetros de Manaus), se disse "revoltada".

"Isso é revoltante. Entra um governo que buscou apoio dos parentes e muitos de nós levaram bandeira para a rua, pregaram cartazes nas suas casas. O governador não conhece a realidade dos indígenas de nosso Estado", disse.

Raquel destacou que a Seind é uma conquista do movimento indígena, que surgiu de muito diálogo e abriu oportunidade para os indígenas.

"É uma secretaria que tem dificuldade por falta de dinheiro, mas sem ela vai ser pior. Sua extinção será um retrocesso muito grande. Pensa só: se como secretaria já tinha dificuldade de atuar, imagine como apenas um departamento de outra secretaria", disse Raquel.

O indígena Clóvis Rufino, da etnia Marubo, morador da Terra Indígena Vale do Javari, também se mostrou contrário à extinção da Seind. Ele disse que o órgão é uma instância de Estado que facilita o diálogo dos povos indígenas com o gestor e representa o Amazonas nos grandes fóruns mundiais em apoio aos povos indígenas.

"O Vale do Javari vai perder R\$ 4 milhões de reais que estão previstos nos projeto de desenvolvimentos que foram aprovados pela Seind", disse.

Ele contou que, especificamente na região do Vale do Javari, o órgão deu apoio nas realizações de oficinas que criaram subsídios para apresentações de demandas das associações indígenas daquele território. Também atuou em parcerias que facilitaram as ações com Barco PAI, que beneficiaram os 5,4 mil indígenas do Vale do Javari.

Rufino contou que não esperava que o governador do Amazonas se posicionasse pela extinção da Seind.

CONT.



“Os povos indígenas do Amazonas apoiaram sua candidatura com esperança de melhorar a secretaria para que ela funcionasse com condições estrutural, humana e financeira. Isso significa para nós do Vale do Javari a volta ao passado e a continuação da marca de discriminação por parte do Estado. Agindo assim, o governador não cumpre sua promessa de campanha e trai os indígenas”, disse.

Governador diz que está indeciso

Embora nos bastidores do governo é certa a extinção da Seind, o governador José Melo disse à agência Amazônia Real que somente na tarde desta terça-feira (03) é que iria avaliar a estrutura de reforma administrativa que foi montada para dar “seu toque especial”.

Durante seu discurso na Assembleia Legislativa do Amazonas, Melo afirmou que “não vai acabar com as políticas para os indígenas” e que vai “aprimorar os serviços”, mas não fez referência à possível extinção da Seind.

“A partir de hoje (03) vou tratar do assunto. Vou avaliar o projeto de reforma que me foi apresentado. Eu não quero acabar com nada, quero aprimorar. Mas não posso continuar com a estrutura de custo de pessoal que tenho hoje. Tem que ter sacrifícios de todos os lados. Para que a gente possa reduzir os custos da máquina. Não é que eu quero fazer, é inexorável. Mas não tenho ainda o formato na minha cabeça quem vai acabar, quem não vai acabar”, disse Melo, em entrevista aos jornalistas

O governador afirmou que até a próxima sexta-feira (06) deverá concluir a análise e na segunda-feira (09) ou terça-feira (10) encaminhará o projeto para votação na Assembleia Legislativa.

Segundo José Melo, o governo do Amazonas tem 5,9 mil cargos comissionados em suas estruturas. Ele disse que a reforma administrativa prevê cortes de até 20% destes cargos. Atualmente, o governo possui 35 secretarias de Estado. Outra que também pode ser extinta é a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (Secti).

O deputado estadual David Almeida (PSD) disse que o corte nos gastos públicos prevê uma economia de R\$ 700 milhões para serem aplicados em investimentos no Estado do Amazonas.

Projetos e parcerias

O orçamento atual da Seind é de R\$ 4,412 milhões, segundo o titular da pasta, Bonifácio José, da etnia baniwa. A secretaria tem 38 funcionários em cargos comissionados e funciona em um prédio alugado no Centro antigo de Manaus.

Segundo Bonifácio José, 30% do orçamento são destinados à folha de pagamento dos servidores (não há funcionários concursados). Outros 30% vão para custos administrativos. O restante vai para o orçamento-fim, sendo que 20%, contudo, são contingenciados. O gestor da pasta considera o orçamento muito irrisório, pois significa apenas 0,4% do orçamento total do Estado – a receita do Amazonas foi de R\$ 15 bilhões em 2014, segundo o site do governo do Estado.

CONT.



Bonifácio classificou de “falta de respeito” contra os povos indígenas a extinção da Seind em um Estado com “mais de 170 mil índios vivendo com 33 milhões de território”.

Bonifácio José, assim como outros indígenas entrevistados para esta reportagem, estão preocupados com o futuro das parcerias firmadas em 2014. Somente com BNDES, a Seind firmou parceria de R\$ 16 milhões. Outras fontes de recursos também foram celebradas, como o Fundo Amazônia, por exemplo, que resultariam em um total de R\$ 60 milhões a partir de 2015. Segundo Bonifácio, essas parcerias só foram possíveis de serem firmadas devido à credibilidade e autonomia administrativa da Seind.

“Somos uma secretaria pequena, mas mesmo assim temos mostrado nossa capacidade e credibilidade, executando o que é possível fazer. Mas esse valor aumentaria a partir de agora, com as parcerias”, disse.

Entre as atividades realizadas pela Seind desde 2009, Bonifácio José citou a realização de capacitação com professores do Cetam (Centro de Educação Tecnológica do Amazonas) na formação de 400 técnicos em enfermagem indígenas de 15 municípios do Amazonas.

Outra atividade citada foi a elaboração de planos de gestão destinados a terras indígenas Tenharim Marmelos, com os índios tenharim, e Camicuã, com os índios apurinã. A ação, além de capacitação, também inclui compras de equipamentos de monitoramento territorial, transportes e construção de casas de farinha e criação de peixe em cativeiro.

“Nesse período assessoramos 16 secretarias municipais dos povos indígenas que foram criadas no Amazonas. Temos trabalho de interface com 52 instituições do Estado. A criação da Seind também tem importância simbólica, pois foi referência em outros Estados para que seus governos criassem suas próprias secretarias indígenas, como ocorreu no Acre, no Tocantins, no Amapá e agora em Roraima”, disse.

Política de assistencialismo

O antropólogo Ademir Ramos, que foi o primeiro presidente da Fepi, disse que a criação da Seind consolidou a política indigenista no Amazonas, sob a direção dos próprios indígenas, daí a necessidade de garantir a sua continuidade.

“Esse cenário que estamos vivendo hoje eu vivi anos atrás, quando o Eduardo Braga tentou acabar com a Fepi. Ele queria reduzir para uma secretaria executiva. Conseguimos, eu e lideranças indígenas, uma audiência, que foi tensa, mas mesmo assim ele reconsiderou e anos depois criou a Seind. Mudou a tabuleta, mas não mudou o orçamento. O que dá para fazer com R\$ 4 milhões anuais num Estado com quase 200 mil índios? Embora os recursos sejam mínimos, mas criou-se um status de política de Estado com a secretaria”, explicou Ramos.

Para Ademir Ramos, a justificativa do governo de que a extinção vai economizar gastos representa “uma verdade curta, burocrata e economicista”.

“O que representa R\$ 4 milhões para a estrutura do Estado? Se a Seind for extinta e se converter em um departamento de uma Secretaria de Ação Social será uma atividade assistencialista e deixará de ser política de Estado”, afirmou.



Índios recebidos por Paulo Maldos querem renovação da "Bolsa Índio" SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 03.02.2015

O grupo de 40 índios recebido ontem no Palácio do Planalto pelo ex consultor do Cimi, Paulo Maldos, veio a Brasília pedir a renovação da "Bolsa Índio". Os kayapó da região de Novo Progresso, no sul do Pará, chegaram de surpresa ontem ao Palácio do Planalto e foram convidados a entrar por Paulo Maldos.

Segundo o representante do grupo, Doto Takak-ire, os indígenas recebem transferências de recursos público por meio de um arranjo estabelecido no Planos Básicos Ambientais (PBAs) previsto no licenciamento da BR-163, que passa próxima à Terra Indígena Baú. O grupo recebeu os recursos por cinco anos, mas agora cobra sua renovação vitalícia.

Os índios dizem que a interrupção do fluxo de recursos financeiros, uma característica tipicamente das culturas ocidentais, "colocar em risco iminente a sobrevivência física e cultural dos Kayapó", diz um documento distribuído por Doto, com assinatura do Instituto Kabu, um ONG criada para gerir os recursos.

Os índios exigiram falar com a presidente Dilma Rousseff e com os ministros dos Transportes, Antonio Carlos Rodrigues (PR), da Justiça, José Eduardo Cardozo (PT), do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e da Casa Civil, Aloizio Mercadante (PT). Mas foi pelo secretário nacional de articulação social da Secretaria-Geral da Presidência, Paulo Maldos.

Os indigenistas costumam usar o Componente Indígena (CI) dos Planos Básicos Ambientais (PBAs) necessários ao Licenciamento Ambiental para tentar inviabilizar grandes obras. O Consórcio Construtor da usina hidrelétrica de Belo Monte está sendo obriga a transferir milhões de reais aos índios. Os empreendimentos da mineradora Vale também são onerados com exigências semelhantes.

Nesse caso, a obra extorquida é o asfaltamento da BR 163, estratégica para o escoamento da produção do centro-oeste através do chamado corredor norte. O Governo já transferiu milhões ao Instituto Kabu. Não há registro de qualquer contrapartida dada pelos índios em troca desses recursos.

Em geral mal administrados, as transferências não são aproveitadas para a construção de projetos economicamente sustentáveis. Na maioria das vezes o recurso é gasto em pequenas melhorias de vida para alguns dos índios mais próximo à associação, no caso o Instituto Kabu. Assim que as transferências são interrompidas os índios vem à Brasília pedir mais dinheiro.

Sabe quem paga por isso?
Você.

José Cruz/Agência Brasil

Dirceu intervém por vagas para crianças indígenas acampadas

SÍTIO DOURADOS NEWS, 03.02.2015



Vereador Dirceu Longhi reunido com lideranças de acampamento indígena às margens de rodovia
Foto: Divulgação/Assessoria

O acesso à educação é um direito assegurado a todo cidadão brasileiro. No entanto, esse princípio constitucional não vem sendo cumprido integralmente no acampamento indígena localizado às margens da Perimetral Norte, em Dourados. Pelo menos 30 crianças, com idade entre 5 e 9 anos, ainda não foram matriculadas para o início do ano letivo por falta de vagas nas escolas instaladas na Reserva Indígena de Dourados.

Denominado tekoha "Whw-Vera", o acampamento abriga há quase cinco anos 22 famílias de guarani-caiuás. São aproximadamente 180 pessoas vivendo em barracos construídos em uma área de pouco mais de 25 hectares.

Preocupado com a situação, o vereador Dirceu Longhi (PT) fez na quinta-feira (29) uma visita ao acampamento, onde se reuniu com as lideranças e membros da comunidade para conhecer a realidade dos acampados e buscar, junto à Prefeitura de Dourados, MPF (Ministério Público Federal) e Funai (Fundação Nacional do Índio), uma solução imediata que garanta a matrícula e o ingresso dos alunos indígenas em sala de aula.

Dirceu lembra que o problema vem se arrastando há pelo menos dois meses. Recentemente, lideranças do acampamento se reuniram com representantes do MPF e com a secretária municipal de Educação Marinisa Mizoguchi para debater a questão da falta de vagas. Diante da situação, Dirceu e o vereador Aguilera de Souza (PSDC), que são membros da comissão de assuntos indígenas da Câmara de Dourados, encaminharam o caso à Comissão de Educação Indígena, da Secretaria municipal de Educação, que se comprometeu em solucionar a situação nos próximos dias.

O vereador do PT destacou que provavelmente as crianças do acampamento serão encaminhadas para ocupar as novas salas de aulas que serão entregues na próxima semana na

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 21/2015

Brasília, 04 de fevereiro de 2015.

escola Agostinho, na aldeia Bororó, e que fica próxima ao acampamento. “Estivemos no acampamento para conversar com a comunidade, que demonstrou muita apreensão diante da falta de vagas nas escolas para receber as crianças do local. Juntamente com o vereador Aguilera, acionamos a Secretaria de Educação, que nos sinalizou que o problema deve estar solucionado e as crianças matriculadas nos próximos dias. Esperamos que realmente a situação seja resolvida, já que acesso à educação é um direito universal de todo cidadão e não podemos admitir que um grupo tão grande de crianças fique fora da sala de aula”, destacou Dirceu Longhi. Com assessoria

Índios liberam rodovia federal em MT após a chegada da Força Nacional

SÍTIO GLOBO.COM, 04.02.2015

*Indígenas bloqueavam trecho da BR-163 desde sexta-feira (30).
PRF informou que liberação ocorreu de forma pacífica.*



Índios liberaram rodovia após cinco dias de protesto

(Foto: Assessoria/ PRF-MT)

Com a chegada de agentes da Força Nacional de Segurança, os indígenas liberaram trecho da BR-163, em Itaúba, a 599 km de Cuiabá, na manhã desta quarta-feira (4). Os indígenas das etnias Terena e Maben-Grokê interditam a rodovia desde sexta-feira (30) em protesto contra a falta de remédios e de estrutura para o atendimento de saúde aos cerca de 2 mil índios que vivem nas 39 aldeias da região.

O Ministério da Justiça havia autorizado o uso da Força Nacional de Segurança, pois os indígenas disseram que só iriam liberar a rodovia depois que a coordenadora da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), de Colíder, a 648 km da capital, Sanna Rochelle Aparecida Silva Sarmiento, fosse exonerada do cargo. No entanto, o governo federal se recusou a exonerar a coordenadora a pedido dos índios.

Apesar da liberação, a PRF informou que a Força Nacional permaneceu no local para garantir que o trânsito ficará liberado. Durante os dias de interdição, filas quilométricas se formaram no trecho do km 943.

O cacique da tribo, Wantuil Maben-Grokrê, disse que a situação das comunidades no que diz respeito à saúde é caótica. "Ontem duas pessoas morreram nas aldeias por falta de remédios", afirmou.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 21/2015

Brasília, 04 de fevereiro de 2015.

Entre as principais reivindicações dos indígenas estão a exoneração da coordenadora da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), Sanna Rochelle Aparecida Silva Sarmento, e melhorias na área da saúde. Eles reclamam, principalmente, da falta de medicamentos no Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena (Dsei) que atende as comunidades da região. "Não adianta ter médicos e não ter remédios", reclamou.

Além disso, os índios das 39 aldeias da região cobram condições de transporte e reclamam da falta de combustível para os barcos e outros veículos usados pelas comunidades. Cerca de 2 mil índios vivem nessas aldeias.

Desde o início do protesto, os índios ocupam o prédio da Sesai de Colíder, a 648 km da capital, e, nesta quarta, quem atendeu o telefone da unidade foi o próprio cacique da tribo.

Índios são forçados a desbloquear BR-163 após chegada da Força Nacional

SÍTIO MT POLÍTICA, 04.02.2015



Com flechas, índios interditaram rodovia desde sexta-feira
Foto de Assessoria/ PRF-MT

Um grupo de índios das etnias Terena e Maben-Grokrê que manteve o trecho da BR-163 bloqueado desde a última sexta-feira (30), entre os municípios de Itaúba e Nova Santa Helena, aproximadamente 600 km de Cuiabá, foram obrigados a desocuparem a rodovia na manhã desta quarta-feira (04). Os indígenas buscam melhorias de infraestrutura, bem como a conclusão das obras de um posto de saúde e remédios nas aldeias.

De acordo com informações da Polícia Rodoviária Federal (PRF), aproximadamente 30 homens da Força Nacional de Segurança, e sete Policiais da PRF estiveram no local e determinaram que os índios desbloqueassem a rodovia e caso não houvesse acordo, seria usado à força.

O grupo acatou a ordem, e de forma pacífica desbloquearam a rodovia, porém disseram que irão permanecer aos arredores e que a qualquer momento poderão retomar o bloqueio.

Os policiais da Força nacional permanecem no local para organizar o trânsito e garantir que um novo bloqueio não seja feito.



Demandas indígenas serão debatidas pelo Governo do Estado em Brasília

SÍTIO GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO, 04.02.2015

REDAÇÃO

Gcom-MT

O Governo do Estado de Mato Grosso se comprometeu em dialogar com o Ministério da Justiça, em Brasília, sobre as demandas apresentadas pelos povos Terena e Mabengroké, que durante cinco dias interditaram a BR-163, em Itaúba. Nesta quarta-feira (04.02), em conversa por telefone com o cacique Rondon, dos Terena, Pedro Taques convidou os representantes das etnias para uma reunião no Palácio Paiaguás. Ainda não há data para o encontro. A negociação também contou com a participação do deputado federal Nilson Leitão.

O bloqueio da BR-163 começou na manhã do dia 30 de janeiro e seguiu até esta quarta-feira, quando uma equipe da Força Nacional de Segurança, autorizada pelo Ministério da Justiça, chegou ao local para dar apoio à Polícia Rodoviária Federal (PRF) na desobstrução da rodovia. Conforme informou a assessoria de imprensa do Ministério, os indígenas apresentaram as demandas das etnias em um documento, que será encaminhado ao gabinete do Ministério da Justiça para análise.

Entre as demandas estão melhorias na área da saúde e a exoneração da coordenadora do Distrito Sanitário Especial Indígena Kayapó no Mato Grosso (DSEI), Sanna Rochelle Sarmiento. Em nota, o Ministério da Saúde informou que a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) tem intensificado as ações de atenção à saúde indígena, tendo como uma das principais estratégias o programa Mais Médicos. Conforme o Ministério, o DSEI Kayapó/Mato Grosso recebeu quatro médicos pelo programa, para reforçar as equipes multidisciplinares, e no último semestre foram enviadas três remessas de medicamentos para atendimento à saúde indígena da região.



Força Nacional é convocada para por fim a bloqueio indígena na BR-163

SÍTIO 24 HORAS NEWS, 04.02.2015

A informação foi prestada pela Polícia Rodoviária Federal, em Sinop, que vem tentando um acordo com os indígenas desde a última sexta-feira, quando a BR foi bloqueada

A Força Nacional foi convocada para acabar com o bloqueio promovido pelos índios na BR-163, no trecho entre Nova Santa Helena e Itauba, no Nortão do Estado. A informação foi prestada pela Polícia Rodoviária Federal, em Sinop, que vem tentando um acordo com os indígenas desde a última sexta-feira, quando a BR foi bloqueada.

Os índios exigem a exoneração da coordenadora de Saúde Indígena no nortão de Mato Grosso. O governo, no entanto, informou que não vai atender ao pedido dos indígenas e determinou a presença da Força Nacional para acabar com o bloqueio.

“Nesta manhã será feita a última tentativa para resolver a interdição pacificamente. Caso não haja acordo, não restará alternativas, que não o uso da força”, informou a PRF.



Lideranças Kayapós serão recebidas pelo presidente da Câmara

SÍTIO CEDEFES, 04.02.2015

Cerca de 50 lideranças Kayapós, das Terras Indígenas Baú e Mekragnotire chegaram à Brasília na última segunda-feira (2), com o objetivo de reunirem-se com a presidente Dilma Rousseff e o presidente da Câmara Eduardo Cunha.

Os Kayapós foram recebidos pelo secretário de Articulação Social da Presidência da República, Paulo Maldos, nesta terça-feira e auferiu os documentos trazidos pelos indígenas sobre a execução do Plano Básico Ambiental (PBA) da BR – 163 e a Proposta de Emenda Constitucional PEC215.

Após uma articulação das entidades em defesa dos direitos indígenas e do Deputado Federal Nilo Tatto PT/SP, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha agendou uma reunião com as lideranças Kayapós para esta quarta-feira (4), às 15 horas.

Na pauta, a entrega de uma carta produzida pelos indígenas e sobre como os deputados irão tratar os temas indígenas e sobre os compromissos assumidos com ruralistas, que querem aprovar a PEC215, emenda que transfere do governo federal para o legislativo a responsabilidade pela demarcação de terras.

PEC 215 Retrocesso a Constituição Federal de 1988. Queremos a posição do novo Presidente da Câmara dos Deputados sobre a PEC 2015 e como será o apoio aos povos indígenas. Não entendemos muito bem a carta de apoio que recebeu dos ruralista e os compromissos que assumiu com esses fazendeiros com relação a demarcação de Terras Indígenas e PEC 2015.

Queremos ouvir pessoalmente. É verdade que o senhor concorda com os ruralistas sobre a revisão de nossas terras? O senhor sabe que hoje, se não fossem as Terras Indígenas demarcadas, os não índios estariam em uma situação muito pior com falta de água, energia, chuvas e seca? Queremos ouvir a sua palavra. Lideranças Kayapó das Terras Indígenas Baú e Mekragnotire

".....Nosso apoio ao diligente Eduardo Cunha é resultante de encontro que tivemos com ele, quando se mostrou disposto a protagonizar a altivez da Câmara em relação ao Executivo, pretensão essa compartilhada por todos nós. ..Saibam que à frente desta entidade – a FPA -, temos nos esforçado em combater o bom combate, sempre em prol do fortalecimento do setor rural e valorização do homem do campo e das entidades que os representam.

Não é de hoje que enfrentamos os desafios com destemor. Foi assim na aprovação do Código Florestal, na revisão dos índices de produtividade, no emplacamento de máquinas agrícolas

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 21/2015

Brasília, 04 de fevereiro de 2015.

etc. E será assim na demarcação de terras indígenas, no projeto de acesso aos recursos genéticos, trabalho escravo, na legislação sobre agroquímicos, na lei trabalhista específica para o trabalhador rural, entre outros temas. *Luis Carlos Heinze (PP-RS) - Presidente da FPA e **Marcos Montes (PSD-MG) – Presidente eleito da FPA")

Fonte: Antonio Carlos DE Souza Lima / www.amazonia.org.br



Aguilera busca solução para estradas da Reserva Indígena

SÍTIO JORNAL AGORA MS, 04.02.2015

Quando chove, trânsito fica impedido nas estradas vicinais nas aldeias

A Reserva Indígena de Dourados vive uma situação de calamidade pública em vários setores, como saúde, educação, saneamento básico, segurança, mas uma das mais agravantes são as estradas da aldeia. Muitas vezes as escolas fecham em épocas de chuvas, ambulâncias e carros da saúde acabam ficando em manutenção quase sempre, pois as estradas estão cada vez com mais erosões, causando todo tipo de transtorno à comunidade indígena.

Para discutir a situação, na segunda-feira o vereador e presidente da Comissão de Indígena e Afrodescendentes da Câmara, Aguilera de Souza foi recebido em audiência com o superintendente estadual do Ibama, em Campo Grande, Marcos Yuri. Na pauta da audiência o licenciamento para a extração de cascalho dentro da área indígena de Dourados.

“Esse problema persiste há 10 anos; levei a situação até o superintendente para que possa encontrar uma solução para a nossa comunidade”, diz o vereador, informando que o superintendente confirmou uma agenda com o presidente do Ibama em Brasília para o dia 8. A resposta para o vereador sairá em no máximo 30 dias. Além do vereador Aguilera e do superintendente do Ibama, participaram da audiência, representantes da Funai, e das prefeituras de Dourados e de Itaporã. (Assessoria Parlamentar)



Protesto indígena que fecha rodovia em Mato Grosso já dura seis dias

SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 04.02.2015

Com galhos, toras de madeira e pneus, cerca de 65 índios bloqueiam a BR-163, no município de Itaúba, no Mato Grosso. A manifestação começou na última sexta-feira. O km 943 da rodovia está bloqueado nos dois sentidos.

Os indígenas pedem melhorias na saúde e querem a exoneração da coordenadora do Distrito Sanitário Especial Indígena Kayapó no Mato Grosso, Sanna Rochelle Sarmento. Cerca de 35 índios também ocupam a sede do Distrito, que fica no município de Colíder, distante 630 km da capital, Cuiabá.

De acordo com a Polícia Rodoviária Federal, no sábado e no domingo o trânsito na BR-163 chegou a ser liberado, mas às 8 da manhã da segunda-feira, os índios retomaram o protesto.

O superintendente Regional da PRF no estado, Arthur Nogueira, informou que até agora não houve acordo para a liberação da rodovia.

De acordo com um dos líderes do movimento, Uiu Mebegokré, da etnia Kayapó, faltam medicamentos nas aldeias. A liderança afirma que no início de janeiro foi enviado um documento para o Ministério da Saúde sobre a situação, ainda sem resposta.

Por meio de nota, o Ministério da Saúde informou que a Secretaria Especial de Saúde Indígena e as coordenações dos distritos estão abertas ao diálogo com as lideranças indígenas. A nota informa ainda que o Distrito Kayapó Mato Grosso recebeu quatro profissionais pelo programa Mais Médicos, para reforçar as equipes multidisciplinares de saúde, e recebeu, no último semestre, três remessas de medicamentos, necessários para atendimento à saúde indígena da região.

[Ouça matéria da Rádio Nacional](#)



#PEC215 Eduardo Cunha receberá índios nesta quarta

SÍTIO questão indígena, 04.02.2015

O novo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), receberá nesta quarta (4) o grupo de índios kaiapó que perambula por Brasília em busca de dinheiro público para preservar sua cultura tradicional. Cunha ouvirá pela boca dos índios apelos dos indigenistas contra a retomada da tramitação da #PEC215 que altera o processo de demarcação de terras indígenas.

Para indigenistas, a proposta travaria a criação de novos territórios. O lobby das ONGs indigenistas não quer que o Congresso nacional sequer avalie a matéria.

Cunha foi eleito com apoio maciço dos deputados ligados ao agronegócio. Ele próprio se filiou à Frente Parlamentar da Agropecuária no último dia 31, na reta final da campanha para presidir a Câmara e se comprometeu a permitir a tramitação da PEC.

Cerca de 50 índios estão em Brasília desde a segunda-feira (2) para protestar contra o fim dos repasses de dinheiro público como compensação pelo asfaltamento da BR 163, uma das obras do PAC. Eles também dirão ao Presidente da Câmara que o possível desarquivamento será uma "declaração de guerra" aos povos indígenas.

O encontro com Cunha foi articulado pelos deputados Nilto Tatto (PT-SP) e Chico Alencar (PSOL-RJ). O presidente da Câmara deve receber os kaiapós às 15h.

Detalhe: A PEC 215 trata do processo de demarcação de Terras Indígenas. Todas as terras de ocupação tradicional do povo kayapó já foram devidamente demarcadas e forma talvez o maior complexo de terras indígenas do Brasil entre o Pará e o Mato Grosso. Ou seja, a PEC não afeta os Kayapó. Qual é o interesse deles nesse tema? Quem está por trás do lobby dos kayapó? Será que o lobby é mesmo dos kayapó?



Disputa com o Exército ameaça continuidade de comunidade quilombolas

SÍTIO BRASIL DE FATO, 04.02.2015

Procurador da República descreve impactos sociais e culturais da demora no reconhecimento de territórios. Presença militar impede comunidade de desempenhar atividades tradicionais, como a colheita de castanha.

(4'38" / 1.06 Mb) - Dos 2.480 territórios quilombolas certificados pela Fundação Cultural Palmares, somente 187 receberam o título coletivo. A situação já revela um pouco da luta dessas comunidades para que o direito ao reconhecimento de suas terras seja garantido, mesmo com o amparo legal existente na legislação brasileira.

Nas áreas regularizadas, encontram-se cerca de 12,5 mil famílias. O número representa 5,8% das 214 mil famílias que a Secretaria de Políticas Públicas para a Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR) estima ser a população quilombola no Brasil.

Recentemente ganharam repercussão os casos das comunidades de Forte Príncipe e Santa Fé, em Rondônia. Em janeiro, o Ministério Público Federal (MPF) entrou com duas ações civis para que a Justiça forçasse o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a concluir imediatamente o trabalho de titulação das terras. Porém, a Justiça negou os pedidos.

Em entrevista à Radioagência Brasil de Fato, o procurador da República Henrique Felber Heck, responsável pelas ações, contou como a demora na demarcação dos territórios tem causado problemas sociais e culturais aos quilombolas. Ele ainda ressaltou as situações enfrentadas por Forte Príncipe no contato direto com o Exército, que tem impedido a comunidade de desempenhar atividades tradicionais.

Radioagência BdF: Henrique, o que tem travado a demarcação desses territórios?

Henrique Heck: A principal dificuldade aqui de Rondônia é a falta de pessoal no Incra. Não tem gente suficiente que integre esse setor de demarcação quilombola e que faça os trabalhos de estudos necessários para a atividade específica e para concluir os procedimentos.

Radioagência BdF: Em alguns casos já se iniciaram a demarcação, mas ocorrem entraves ao longo dos anos. Então, o senhor acredita que possa ter outras questões que impeçam essas demarcações?

HH: Forte Príncipe tem a peculiaridade de dividir o espaço com o Exército. A comunidade fica ao lado de um quartel e também fica ao lado de uma antiga fortificação, que na verdade é patrimônio histórico brasileiro. Então, por dividir espaço com o Exército surgiram vários conflitos entre funcionários do Exército e a comunidade, e em decorrência desses conflitos a situação de demarcação especificamente dessas comunidades é mais difícil.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 21/2015

Brasília, 04 de fevereiro de 2015.

Radioagência BdF: E quais são os danos sociais e culturais causados por essa demora na titulação das terras?

HH: No caso de Santa Fé, já foi noticiado no Ministério Público que algumas pessoas não confiam mais na atuação estatal, ou seja, não confiam que o Incra o tinha esse procedimento, e tem procurado até vender extraoficialmente, por meio de contrato de gaveta ou até verbalmente suas terras. As pessoas que compram, elas compram de má fé. Ao mesmo tempo isso desintegra a comunidade que tinha laços comuns e dificulta ainda mais o procedimento de demarcação e delimitação das terras.

No caso de Forte Príncipe, uma parte da comunidade se uniu para se defender do Exército, mas também existe uma desconfiança na capacidade do Poder Público de fazer frente ao Exército e também de conseguir legitimar esse processo de demarcação.

Radioagência BdF: Em relação aos problemas com o Exército, quais são os relatos da comunidade?

HH: Depende muito do comandante que está exercendo as funções lá no batalhão específico. Já aconteceu de terem comandantes que são, digamos assim, mais severos e tiveram uma relação mais difícil ainda com a comunidade. E a comunidade sofreu muito e isso eu digo com base nos depoimentos deles. Tiveram cercas derrubadas, algumas pessoas foram expulsas, e isso gerou uma animosidade muito grande. E também pelo fato do Exército não admitir que se trata de uma comunidade quilombola, apesar da autoidentificação, do autoreconhecimento como comunidade quilombola. E a própria comunidade por causa desse não reconhecimento se sente mais discriminada ainda.

De São Paulo, da Radioagência BdF, Daniele Silveira.

03/02/15



Nova Palma – Quilombolas ganham veículo

SÍTIO A RAZÃO, 04.02.2015

A Associação Quilombola Vovó Isabel, da localidade de Rincão Santo Inácio, no município de Nova Palma, foi beneficiada com um veículo utilitário Renault Kangoo, entregue ontem, para ser usado no transporte dos produtos farináceos que são elaborados na Agroindústria Familiar Vovó Isabel, existente nessa comunidade. A Associação Quilombola, fundada em 2006, foi criada para buscar benefícios de forma articulada para as 56 famílias associadas.

O recurso para a aquisição do veículo veio através do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos estabelecimentos Rurais (Feaper), dentro do Programa de Fortalecimento Socioeconômico de Comunidades Quilombolas, da secretaria estadual de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR). O projeto para a aquisição do veículo e os projetos para construção da agroindústria e compra de equipamentos foram elaboradas pela Emater/RS-Ascar, com o apoio da prefeitura de Nova Palma.

De acordo com Sandra, a chegada do veículo irá facilitar o transporte dos produtos oriundos da agroindústria, viabilizando o acesso ao mercado consumidor da região.

Patrus reafirma compromisso com comunidades quilombolas

SÍTIO PORTAL VERMELHO, 04.02.2015

Dando continuidade ao diálogo com a sociedade civil, o ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Patrus Ananias, recebeu, na manhã desta terça-feira (3), representantes da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), na sede do ministério, em Brasília.



No encontro, Patrus Ananias ainda ressaltou a importância da participação dos movimentos sociais no desenvolvimento rural

Após apresentar a história da Coordenação, o representante Denildo Rodrigues apresentou a situação atual das comunidades quilombolas e as expectativas do movimento. "Há alguns anos, éramos invisíveis para a sociedade, mas temos nos destacado com o apoio das políticas públicas voltadas para os quilombolas. Queremos que essas ações continuem fortalecendo a nossa comunidade", destacou.

O ministro pontuou o trabalho realizado pelo MDA e a importância do fortalecimento das comunidades quilombolas. "O Brasil tem uma dívida muito alta com a população negra, por isso reafirmo o compromisso com os povos tradicionais", disse.

No encontro, Patrus Ananias ainda ressaltou a importância da participação dos movimentos sociais no desenvolvimento rural. "Temos conversado muito com os movimentos sociais com o objetivo de garantir a participação de todos no desenvolvimento rural. Estamos cada vez mais comprometidos com essas causas e vamos continuar com esse trabalho", afirmou.

Fonte: MDA

Kaiapó estão em Brasília para entregar carta ao novo presidente da Câmara sobre a PEC 215

SÍTIO INAJÁ NEWS, 04.02.2015



Os Kaiapó desembarcaram em Brasília na segunda-feira (2/2) para entregar ao novo presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), uma carta do Instituto Kabu, organização indígena kaiapó. Ainda na segunda-feira foram recebidos pela Secretaria Geral da Presidência da República. Eduardo Cunha deverá recebê-los na tarde desta quarta, 4/2. No documento, os índios questionam o parlamentar sobre a possível reapresentação da PEC 215, que transfere do Executivo para o Legislativo a prerrogativa de tratar da demarcação de Terras Indígenas.

[Arquivo](#)